



Diante do silêncio de Lula, oposição ameaça processá-lo

Com o silêncio do presidente Lula em relação ao confirmação de grampos ilegais feitos em telefones do Supremo Tribunal Federal, de parlamentares e de integrantes do próprio Palácio do Planalto, pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a oposição ameaça processá-lo por crime de responsabilidade, segundo informa o jornal *O Estado de S. Paulo*.

“Ou o presidente toma uma atitude rápida e aponta os responsáveis pelo grampo, ou, se continuar calado e omissivo como está, ficará como responsável perante a sociedade e terá de responder por isto com base na lei do impeachment”, declarou o presidente nacional do DEM, deputado Rodrigo Maia.

Parlamentares pediram ainda a demissão de toda a diretoria da Abin, órgão ligado à Presidência da República que não tem competência para fazer interceptações telefônicas, nem mesmo com autorização judicial.

O líder do PSDB na Câmara, José Anibal, também cobrou explicações do Palácio do Planalto. “O presidente Lula tem que dar uma satisfação imediata à sociedade, ou então permitir a dedução de que ele é conivente com a realidade policial que teima em tentar se instalar no Brasil, fato que parece ser verdade já que assinou medida provisória criando cerca de 400 cargos para a Abin”, disse em entrevista à repórter Christiane Samarco, do *Estado*.

O vice-presidente da República, José Alencar, declarou ao portal *GI*, neste domingo, que considera “abomináveis as escutas de qualquer natureza”. Afirmou ainda que é preciso acabar com essa prática ilegal. E só.

O DEM quer se articular com o PSDB, para que a oposição tome uma posição conjunta. Os tucanos marcaram para quarta-feira (3/8), em Brasília, uma reunião da Executiva Nacional.

Em nota, o DEM diz que a democracia brasileira encontra-se à beira do precipício quando o órgão da Presidência da República faz escutas ilegais.

Crime de responsabilidade

O crime de responsabilidade está previsto no artigo 7º, da Lei 1.079/50, a Lei do Impeachment. Configura o crime “servir-se das autoridades sob sua subordinação imediata para praticar abuso do poder, ou tolerar que essas autoridades o pratiquem sem repressão sua”. E também: “violar patentemente qualquer direito ou garantia individual”.

Autores: Redação ConJur